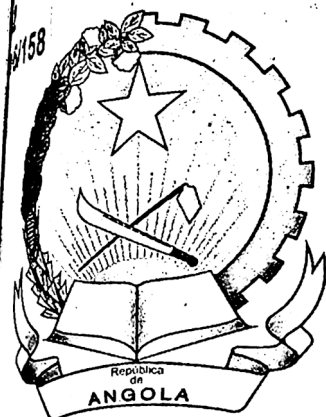




DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 160,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. telcg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00	

SUMÁRIO

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 1384/15:

Exonera Joaquim Marques Batalha do cargo de Chefe de Repartição de Acção Social da Direcção Nacional de Segurança Social, Cultura e Desporto e dá por finda a comissão normal de serviço que vinha exercendo neste Ministério.

Despacho n.º 1385/15:

Dá por finda a comissão normal de serviço que Carlos Eduardo Kapinãla vinha cumprindo neste Ministério.

Despacho n.º 1386/15:

Nomeia Bernadete Engrácia Baptista Teodoro Cohen dos Santos para o cargo de Secretária do Inspector Geral de Defesa Nacional.

Ministério da Administração do Território

Despacho n.º 1387/15:

Nomeia Henriques Mujanga Luciano Jacob para a função de Funcionário Administrativo do Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais.

Ministério da Agricultura

Despacho n.º 1388/15:

Desvincula António Ramiro Manuel Ribeiro do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 1389/15:

Desvincula Domingas Maria de Jesus do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 1390/15:

Desvincula Augusta Domingos do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 1391/15:

Desvincula Domingos Cateta Weva do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 1392/15:

Nomeia Siete Nuncia Soares do Rosário para o cargo de Chefe de Departamento de Administração e Serviços Gerais do Instituto de Desenvolvimento Agrário.

Ministério das Pescas

Despacho n.º 1393/15:

Cessa a comissão de serviço que João Viegas Pereira Portalegre vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Gestão do Orçamento e Administração do Património da Secretaria Geral deste Ministério.

Despacho n.º 1394/15:

Cessa a comissão de serviço que Maria Filomena Fernandes da Mata vinha exercendo no cargo de Directora Nacional de Produção e Iodização do Sal deste Ministério.

Despacho n.º 1395/15:

Cessa a comissão de serviço que Cidalina Gomes Manuel da Costa vinha exercendo no cargo de Directora Nacional de Infra-Estruturas e da Indústria Pesqueira deste Ministério.

Despacho n.º 1396/15:

Cessa a comissão de serviço que Kumbi Kilongo Nsingi vinha exercendo no cargo de Director Geral-Adjunto para a Área Técnica do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira.

Despacho n.º 1397/15:

Cessa a comissão de serviço que Vanuzio Manuel Cardoso vinha exercendo no cargo de Motorista do Gabinete do Secretário de Estado das Pescas para a Área de Aquicultura.

Despacho n.º 1398/15:

Nomeia Cidalina Gomes Manuel da Costa para o cargo de Directora Nacional de Produção e Iodização do Sal deste Ministério.

Ministério do Comércio

Despacho n.º 1399/15:

Nomeia João Luís Armindo para o cargo de Assistente Multilateral da Representação Comercial da República de Angola na República Federativa do Brasil, equiparado a Chefe de Secção.

Despacho n.º 1400/15:

Nomeia Maria Amélia Barbosa Lopes de Carvalho para o cargo de Chefe Administrativa e Financeira da Representação Comercial da República de Angola na República Federativa do Brasil, equiparado a Chefe de Secção.

Ministério da Energia e Águas

Despacho n.º 1401/15:

Nomeia Adriano António João para o cargo de Técnico de Informática no Gabinete do Secretário de Estado das Águas.

Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação

Despacho n.º 1402/15:

Exonera Victor Manuel Tavares Silva do cargo de Director do Gabinete do Secretário de Estado para as Telecomunicações.

Despacho n.º 1403/15:

Exonera Mariana Dias da Silva Pereira do cargo de Secretária do Gabinete do Secretário de Estado para as Telecomunicações.

Despacho n.º 1404/15:

Nomeia Mariana Dias da Silva Pereira para o cargo de Directora do Gabinete do Secretário de Estado para as Telecomunicações.

Despacho n.º 1405/15:

Nomeia Isabel Cecilia Palanca para o cargo de Secretária do Gabinete do Secretário de Estado para as Telecomunicações.

Ministério da Comunicação Social

Despacho n.º 1406/15:

Dá por finda a comissão ordinária de serviço que João Ventura Baptista dos Santos vinha exercendo no cargo de Secretário Geral deste Ministério.

Despacho n.º 1407/15:

Dá por finda a comissão ordinária de serviço que Pedro Mateus Sales vinha exercendo no cargo de Director-Adjunto do Gabinete do Ministro.

Despacho n.º 1408/15:

Dá por finda a comissão ordinária de serviço que Lucas Manuel João Quilundo vinha exercendo no cargo de Director do Gabinete Jurídico.

Despacho n.º 1409/15:

Dá por finda a comissão ordinária de serviço que Bartolomeu de Jesus Mendes Correia do Sacramento vinha exercendo no cargo de Director do Gabinete do Ministro.

Despacho n.º 1410/15:

Dá por finda a comissão ordinária de serviço que Olímpio de Sousa e Silva vinha exercendo no cargo de Consultor do Gabinete do Ministro.

Despacho n.º 1411/15:

Nomeia definitivamente Luis Mariano Vieira Dias para a categoria de Técnico de 3.ª Classe, colocado no Gabinete Jurídico.

Despacho n.º 1412/15:

Nomeia definitivamente António Samuel Pedro para a categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, colocado na Secretaria Geral.

Despacho n.º 1413/15:

Nomeia definitivamente Paulo Fontoura Xavier para a categoria de Técnico de 3.ª Classe, colocado na Secretaria Geral.

Despacho n.º 1414/15:

Nomeia definitivamente Inocência Isabel João da Cruz para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, colocada no Gabinete de Inspeção.

Despacho n.º 1415/15:

Nomeia definitivamente Eugénia Patrícia de Brito Mateus para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada na DNPP.

Despacho n.º 1416/15:

Nomeia definitivamente Celso Leandro Barbosa Pungi para a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, colocado no CDD.

Despacho n.º 1417/15:

Nomeia definitivamente Adalgisa Chiuana Veríssimo da Costa para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, colocada na DNPP.

Despacho n.º 1418/15:

Nomeia definitivamente Vilma Zulmira Ventura Vigário Matembissa para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, colocada no GII.

Despacho n.º 1419/15:

Nomeia definitivamente Mirene da Piedade Marques Ferreira Taillis para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, colocada na Direcção Nacional de Informação.

Despacho n.º 1420/15:

Nomeia definitivamente Cecília Luzia Amaral para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada na Secretaria Geral.

Despacho n.º 1421/15:

Nomeia definitivamente Silvina Raquel José da Silva para a categoria de Técnica de 3.ª Classe, colocada no Gabinete Jurídico.

Despacho n.º 1422/15:

Nomeia definitivamente Elizabeth Lorema Neto João para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, colocada no CDD.

Despacho n.º 1423/15:

Nomeia definitivamente Adilson dos Santos Botelho de Carvalho para a categoria de Técnico de 3.ª Classe, colocado no GEPE.

Despacho n.º 1424/15:

Nomeia definitivamente Tânia Márcia de Azevedo Avelino para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, colocada no Gabinete Jurídico.

Despacho n.º 1425/15:

Nomeia definitivamente Ariete Karina dos Santos de Almeida Gomes para a categoria de Técnica de 3.ª Classe, colocada no CDD.

Despacho n.º 1426/15:

Nomeia definitivamente Lady Adelina Domingos Rosa para a categoria de Técnica de 3.ª Classe, colocada no Gabinete Jurídico.

Governo Provincial de Benguela

Despacho n.º 1427/15:

Transfere Alice Maria Emilia Monteiro, Professora do 1.º Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 4.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia de Benguela para a Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia de Luanda.

Despacho n.º 1428/15:

Transfere Miguel Amílcar Kalule Justo, Técnico Médio de 2.ª Classe, da Direcção Provincial das Pescas de Benguela para a Administração Municipal do Chongoroi.

Despacho n.º 1429/15:

Transfere Daniel Kaveto Mutota, Professor do 1.º Ciclo do Ensino Secundário do 6.º Escalão, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

Despacho n.º 1430/15:

Transfere Matilde Humba, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 6.º Escalão, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

Despacho n.º 1431/15:

Transfere Julião Pintar Kambele, Professor do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município do Chongoroi para o Município do Lobito.

Despacho n.º 1432/15:

Transfere Adelina Nakwalile Nanga, Professora do 1.º Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia do Huambo para a Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia de Benguela.

Ministério dos Transportes — Direcção Nacional dos Transportes Rodoviários

Declaração n.º 1/15:

Concede à Empresa PACEL — Comércio Geral, Importação, Exportação e Transportes, Limitada, com sede na Província de Luanda, o Título de Concessão para explorar a Carreira Regular de Transporte de Passageiros, na rota Luanda/Mbanza Congo.

Declaração n.º 2/15:

Concede à Empresa Elizama Comercial, Limitada, com sede na Província de Luanda, o Título de Concessão para explorar a Carreira Regular de Transporte de Passageiros, na rota Luanda/Huambo.

Declaração n.º 3/15:

Concede à Empresa Elizama Comercial, Limitada, com sede na Província de Luanda, o Título de Concessão para explorar a Carreira Regular de Transporte de Passageiros, na rota Luanda/Benguela.

Declaração n.º 4/15:

Concede à Empresa Elizama Comercial, Limitada, com sede na Província de Luanda, o Título de Concessão para explorar a Carreira Regular de Transporte de Passageiros, na rota Luanda/Malanje.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Despacho n.º 1384/15
de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea l) do artigo 15.º da Lei n.º 2/93, de 26 de Março — Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, determino:

1. É o NIP 50611894 Coronel EXE Joaquim Marques Batalha exonerado do cargo de Chefe de Repartição de Acção Social da Direcção Nacional de Segurança Social, Cultura e Desporto;

2. É dada por finda a Comissão Normal de Serviço que o mesmo vinha cumprindo no Ministério da Defesa Nacional;

3. Deve apresentar-se à Direcção Principal de Pessoal e Quadros do EMG/FAA;

4. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 16 de Fevereiro de 2015.

O Ministro, *João Manuel Gonçalves Lourenço.*

Despacho n.º 1385/15
de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea l) do artigo 15.º da Lei n.º 2/93, de 26 de Março — Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, determino:

1. É o NIP 40206293 Tenente-Coronel EXE Carlos Eduardo Kapinãla, dada por finda a Comissão Normal de Serviço que o mesmo vinha cumprindo no Ministério da Defesa Nacional;

2. Deve apresentar-se à Direcção Principal de Pessoal e Quadros do EMG/FAA;

3. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 16 de Fevereiro de 2015.

O Ministro, *João Manuel Gonçalves Lourenço.*

Despacho n.º 1386/15
de 27 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea i) do artigo 15.º da Lei n.º 2/93, de 26 de Março — Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, determino:

Por conveniência de serviço público;

1. É a Técnica de 1.ª Classe, Bernadete Engrácia Baptista Teodoro Cohen dos Santos, nomeada para exercer o cargo de Secretária do Inspector Geral de Defesa Nacional.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 16 de Fevereiro de 2015.

O Ministro, *João Manuel Gonçalves Lourenço.*

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Despacho n.º 1387/15
de 27 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e da competência que me é atribuída pela alínea q) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 3/14, de 3 de Janeiro, determino:

É Henriques Mujanga Luciano Jacob, Técnico Médio de 3.ª Classe, nomeado para exercer a função de Funcionário Administrativo do Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais.

Deve-se atribuir um suprimimento de 30% da remuneração base, a que tem direito, ao abrigo do n.º 5 do artigo 13.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril.

Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Fevereiro de 2015.

O Ministro, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Despacho n.º 1388/15
de 27 de Fevereiro

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, estabelece as Regras Especiais de Ingresso nas carreiras e de passagem à reforma dos funcionários públicos que cessaram funções de chefia, no âmbito da vigência dos Decretos Legislativos Presidenciais n.ºs 2/13, de 25 de Junho, e 3/13, de 23 de Agosto;

Tendo sido o funcionário António Ramiro Manuel Ribeiro abrangido pelos requisitos estabelecidos no referido diploma;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do

Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É o funcionário António Ramiro Manuel Ribeiro desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para efeitos de reforma, nos termos da alínea c) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Fevereiro de 2015.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 1389/15
de 27 de Fevereiro

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, estabelece as Regras Especiais de Ingresso nas carreiras e de passagem à reforma dos funcionários públicos que cessaram funções de chefia, no âmbito da vigência dos Decretos Legislativos Presidenciais n.ºs 2/13, de 25 de Junho, e 3/13, de 23 de Agosto;

Tendo sido a funcionária Domingas Maria de Jesus abrangida pelos requisitos estabelecidos no referido diploma;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É a funcionária Domingas Maria de Jesus desvinculada do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, nos termos da alínea c) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Fevereiro de 2015.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 1390/15
de 27 de Fevereiro

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, estabelece as Regras Especiais de Ingresso nas carreiras e de passagem à reforma dos funcionários públicos que cessaram funções de chefia, no âmbito da vigência dos Decretos Legislativos Presidenciais n.ºs 2/13, de 25 de Junho, e 3/13, de 23 de Agosto;

Tendo sido a funcionária Augusta Domingos, abrangida pelos requisitos estabelecidos no referido diploma;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do

Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É a funcionária Augusta Domingos desvinculada do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, nos termos da alínea c) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Fevereiro de 2015.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 1391/15
de 27 de Fevereiro

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, estabelece as Regras Especiais de Ingresso nas carreiras e de passagem à reforma dos funcionários públicos que cessaram funções de chefia, no âmbito da vigência dos Decretos Legislativos Presidenciais n.ºs 2/13, de 25 de Junho, e 3/13, de 23 de Agosto;

Tendo sido o funcionário Domingos Cateta Weva abrangido pelos requisitos estabelecidos no referido diploma;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É o funcionário Domingos Cateta Weva desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, nos termos da alínea c) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Fevereiro de 2015.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 1392/15
de 27 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Siete Nuncia Soares do Rosário, Técnica Superior de 2.ª Classe, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Administração e Serviços Gerais do Instituto de Desenvolvimento Agrário.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Fevereiro de 2015.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

MINISTÉRIO DAS PISCAS

Despacho n.º 1393/15 de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

Cessa a comissão de serviço que João Viegas Pereira Portalegre vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Gestão do Orçamento e Administração do Património da Secretária Geral do Ministério das Pescas, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 132/14, de 14 de Agosto, da Ministra das Pescas.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Fevereiro de 2015.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 1394/15 de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

Cessa a comissão de serviço que Maria Filomena Fernandes da Mata vinha exercendo no cargo de Directora Nacional de Produção e Iodização do Sal do Ministério das Pescas, para o qual havia sido nomeada por Despacho Interno n.º 04/12 de 20 de Dezembro, da Ministra das Pescas.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Fevereiro de 2015.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 1395/15 de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

Cessa a comissão de serviço que Cidalina Gomes Manuel da Costa vinha exercendo no cargo de Directora Nacional de Infra-Estruturas e da Indústria Pesqueira do Ministério

das Pescas, para o qual havia sido nomeada por Despacho Interno n.º 3/12, de 20 de Dezembro, da Ministra das Pescas.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Fevereiro de 2015.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 1396/15 de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

Cessa a comissão de serviço que Kumbi Kilongo Nsingi vinha exercendo no cargo de Director Geral-Adjunto para a Área Técnica do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 135/13, de 27 de Agosto, da Ministra das Pescas.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Fevereiro de 2015.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 1397/15 de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

Cessa a comissão de serviço que Vanuzio Manuel Cardoso vinha exercendo no cargo de Motorista do Gabinete do Secretário de Estado das Pescas para Área de Aquicultura, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 183/2014, da Ministra das Pescas.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Fevereiro de 2015.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 1398/15 de 27 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Cidalina Gomes Manuel da Costa, Psicóloga, nomeada para em comissão de serviço exercer o cargo de Directora Nacional de Produção e Iodização do Sal do Ministério das Pescas da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Fevereiro de 2015.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Despacho n.º 1399/15
de 27 de Fevereiro

Havendo necessidade de se preencher o lugar vago de Assistente Multilateral da Representação Comercial da República de Angola;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/2014, de 29 de Abril, conjugado com as Disposições do artigo 7.º do Estatuto Orgânico e do artigo 14.º do Regulamento Interno, ambos das Representações Comerciais da República de Angola no Estrangeiro, aprovado por Decreto n.º 35/02, de 28 de Junho, e Decreto Executivo n.º 10/08, de 6 de Fevereiro, respectivamente, determino:

1. É João Luís Armindo nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Assistente Multilateral da Representação Comercial da República de Angola na República Federativa do Brasil, equiparado a Chefe de Secção do regime geral da Função Pública.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 22 de Janeiro de 2015.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 1400/15
de 27 de Fevereiro

Havendo necessidade de se preencher o lugar vago no cargo de Chefe Administrativo e Financeiro da Representação Comercial da República de Angola;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, conjugado com as disposições do artigo 7.º do Estatuto Orgânico e do artigo 14.º do Regulamento Interno, ambos das Representações Comerciais da República de Angola no

Estrangeiro, aprovado por Decreto n.º 35/02, de 28 de Junho, e Decreto Executivo n.º 10/08, de 6 de Fevereiro, respectivamente, determino:

1. É Maria Amélia Barbosa Lopes de Carvalho nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe Administrativa e Financeira da Representação Comercial da República de Angola na República Federativa do Brasil, equiparado a Chefe de Secção do regime geral da Função Pública.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 22 de Janeiro de 2015.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS

Despacho n.º 1401/15
de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do ponto n.º 1 do artigo 1.º do Decreto n.º 68/02, de 29 de Outubro, em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos artigos 1.º e 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 116/14, de 30 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Energia e Águas, determino:

Ponto Único: — É Adriano António João nomeado em comissão de serviço para exercer o cargo de Técnico de Informática no Gabinete do Secretário de Estado das Águas.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Fevereiro de 2015.

O Ministro, *João Baptista Borges*.

MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES E DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Despacho n.º 1402/15
de 27 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 179/14, de 25 de Julho, determino:

1.º — É Victor Manuel Tavares Silva exonerado do cargo de Director do Gabinete do Secretário de Estado para as Telecomunicações, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 22/15, de 2 de Fevereiro.

— Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Fevereiro de 2015.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

Despacho n.º 1403/15
de 27 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 179/14, de 25 de Julho, determino:

1.º — É Mariana Dias da Silva Pereira exonerada do cargo de Secretária do Gabinete do Secretário de Estado para as Telecomunicações, para o qual havia sido nomeada por Despacho n.º 2.578/12, de 30 de Novembro.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

Despacho n.º 1404/15
de 27 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 179/14, de 25 de Julho, determino:

1.º — É Mariana Dias da Silva Pereira nomeada em comissão de serviço para exercer o cargo de Directora do Gabinete do Secretário de Estado para as Telecomunicações.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Fevereiro de 2015.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

Despacho n.º 1405/15
de 27 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do

n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 179/14, de 25 de Julho, determino:

1.º — É Isabel Cecília Palanca nomeada em comissão de serviço para exercer o cargo de Secretária do Gabinete do Secretário de Estado para as Telecomunicações.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Fevereiro de 2015.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Despacho n.º 1406/15
de 27 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É dada por finda a comissão ordinária de serviço que o Assessor Principal, João Ventura Baptista dos Santos, vinha exercendo como Secretário Geral deste Ministério, nomeado através do Despacho Interno n.º 306/12, de 30 de Novembro, com efeitos a partir de 30 de Janeiro de 2015.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Janeiro de 2015.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1407/15
de 27 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É dada por finda a comissão ordinária de serviço que o Técnico Especialista Principal, Pedro Mateus Sales, vinha exercendo como Director-Adjunto do Gabinete do Ministro da Comunicação Social, nomeado através do Despacho Interno n.º 279/12, de 1 de Novembro, com efeitos a partir de 30 de Janeiro de 2015.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Janeiro de 2015.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1408/15
de 27 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É dada por finda a comissão ordinária de serviço que o Assessor Principal, Lucas Manuel João Quilundo, vinha exercendo como Director do Gabinete Jurídico, nomeado através do Despacho Interno n.º 270/12, de 8 de Outubro, com efeitos a partir de 30 de Janeiro de 2015.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Janeiro de 2015.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1409/15
de 27 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É dada por finda a comissão ordinária de serviço que o Assessor Principal, Bartolomeu de Jesus Mendes Correia do Sacramento, vinha exercendo como Director do Gabinete do Ministro da Comunicação Social, nomeado através do Despacho Interno n.º 272/12, de 9 de Outubro, com efeitos a partir de 30 de Janeiro de 2015.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Janeiro de 2015.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1410/15
de 27 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É dada por finda a comissão ordinária de serviço que o Assessor Principal, Olímpio de Sousa e Silva, vinha exercendo como Consultor do Gabinete do Ministro da Comunicação Social, nomeado através do Despacho Interno n.º 129/10, de 18 de Outubro, com efeitos a partir de 30 de Janeiro de 2015.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Janeiro de 2015.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1411/15
de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Luís Mariano Vieira Dias, colocado no Gabinete Jurídico, com a categoria de Técnico de 3.ª Classe, nomeado definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Janeiro de 2015.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1412/15
de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É António Samuel Pedro, colocado na Secretaria Geral, com a categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, nomeado definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1413/15
de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Paulo Fontoura Xavier, colocado na Secretaria Geral, com a categoria de Técnico de 3.ª Classe, nomeado definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1414/15
de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Inocência Isabel João da Cruz, colocada no posto de Inspeção, com a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1415/15 de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Eugénia Patrícia de Brito Mateus, colocada na DNPP, com a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1416/15 de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Celso Leandro Barbosa Pungi, colocado no CDD, com a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, nomeado definitivamente nos termos da alínea b), do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1417/15 de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Adalgisa Chiuana Veríssimo da Costa, colocada na DNPP, com a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe,

nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1418/15 de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Vilma Zulmira Ventura Vigário Matembissa, colocada no GII, com a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1419/15 de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Mirene da Piedade Marques Ferreira Taillis, colocada na Direcção Nacional de Informação, com a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1420/15 de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Cecília Luzia Amaral, colocada na Secretaria Geral, com a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do

n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1421/15
de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Silvina Raquel José da Silva, colocada no Gabinete Jurídico, com a categoria de Técnica de 3.ª Classe, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1422/15
de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Elizabeth Lorema Neto João, colocada no CDD, com a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1423/15
de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Adilson dos Santos Botelho de Carvalho, colocado no GEPE, com a categoria de Técnico de 3.ª Classe, nomeado definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1424/15
de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Tânia Márcia de Azevedo Avelino, colocada no Gabinete Jurídico, com a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1425/15
de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Ariete Karina dos Santos de Almeida Gomes, colocada no CDD, com a categoria de Técnica de 3.ª Classe, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 1426/15
de 27 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Lady Adelina Domingos Rosa, colocada no Gabinete Jurídico, com a categoria de Técnica de 3.ª Classe, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

GOVERNO PROVINCIAL DE BENGUELA

Despacho n.º 1427/15
de 27 de Fevereiro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Alice Maria Emília Monteiro, Professora do Ensino Secundário, Diplomada do 4.º Escalão, Agente n.º 05447734, transferida a seu pedido, da Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia de Benguela, para a Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 1428/15
de 27 de Fevereiro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Miguel Amílcar Kalule Justo, Técnico Médio de 1.ª Classe, Agente n.º 11556232, transferido a seu pedido, da Direcção Provincial das Pescas de Benguela, para a Administração Municipal do Chongorói.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 1429/15
de 27 de Fevereiro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Daniel Kaveto Mutota, Professor do 1.º Ciclo do Ensino Secundário do 6.º Escalão, Agente n.º 12319729, transferido a seu pedido do Município da Ganda para o Município de Benguela.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 1430/15
de 27 de Fevereiro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Matilde Humba, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 6.º Escalão, Agente n.º 11747682, transferida, a seu pedido, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 1431/15
de 27 de Fevereiro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, I série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Julião Pintar Kambele, Professor do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 12079544, transferido, a seu pedido, do Município do Chongorói para o Município do Lobito.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela,
aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 1432/15
de 27 de Fevereiro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferências de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicada no Diário da República n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Adelina Nakwalile Nanga, Professora do I Ciclo do Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 12255484, transferida a seu pedido da Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia do Huambo, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia de Benguela.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DIRECÇÃO NACIONAL
DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

Declaração n.º 1/15
de 27 de Fevereiro

Para os devidos efeitos se declara que, por Despacho de 25 de Novembro de 2014, do Ministro dos Transportes, foi nos termos do Regulamento de Transportes Rodoviários Regulares de Passageiros concedida à Empresa «PACEL — Comércio Geral, Importação, Exportação e Transportes, Limitada», com sede na Província de Luanda, o Título de Concessão para explorar a Carreira Regular do Transporte de Passageiros, na rota Luanda/Mbanza Congo.

Esta Concessão é válida até 3 de Dezembro de 2019. O Concessionário na exploração de carreira fica obrigado ao cumprimento de todas prescrições estabelecidas pelo Decreto Presidencial n.º 154/10, de 26 de Julho, que aprova o Regulamento de Transportes Rodoviários Regulares de Passageiros.

Luanda, aos 2 de Dezembro de 2014.

A Directora Nacional, *Noélia C. S. Assuilo Costa*.

Declaração n.º 2/15
de 27 de Fevereiro

Para os devidos efeitos se declara que, por Despacho de 15 de Dezembro de 2014, do Ministro dos Transportes, foi nos termos do Regulamento do Transportes Regulares de Passageiros concedida à Empresa Elizama Comercial Limitada, com sede na Província de Luanda, o Título de Concessão para explorar a Carreira Regular de Transporte de Passageiros, na rota Luanda/Huambo.

Esta Concessão é válida até 19 de Dezembro de 2019.

O Concessionário na exploração de carreira fica obrigado ao cumprimento de todas prescrições estabelecidas pelo Decreto Presidencial n.º 154/10, de 26 de Julho, que aprova o Regulamento de Transportes Rodoviários Regulares de Passageiros.

Luanda, aos 19 de Dezembro de 2014.

A Directora Nacional, *Noélia C. S. Assuilo Costa*.

Declaração n.º 3/15
de 27 de Fevereiro

Para os devidos efeitos se declara que, por Despacho de 15 de Dezembro de 2014, do Ministro dos Transportes, foi nos termos do Regulamento do Transportes Regulares de Passageiros concedida à Empresa Elizama Comercial Limitada, com sede na Província de Luanda, o Título de Concessão para explorar a Carreira Regular de Transporte de Passageiros, na rota Luanda/Benguela.

Esta Concessão é válida até 19 de Dezembro de 2019.

O Concessionário na exploração de carreira fica obrigado ao cumprimento de todas prescrições estabelecidas pelo Decreto Presidencial n.º 154/10, de 26 de Julho, que aprova o Regulamento de Transportes Rodoviários Regulares de Passageiros.

Luanda, aos 19 de Dezembro de 2014.

A Directora Nacional, *Noélia C. S. Assuilo Costa*.

Declaração n.º 4/15
de 27 de Fevereiro

Para os devidos efeitos se declara que, por Despacho de 15 de Dezembro de 2014, do Ministro dos Transportes, foi nos termos do Regulamento do Transportes Regulares de Passageiros concedida à Empresa Elizama Comercial Limitada, com sede na Província de Luanda, o Título de Concessão para explorar a Carreira Regular de Transporte de Passageiros, na rota Luanda/Malanje.

Esta Concessão é válida até 19 de Dezembro de 2019.

O Concessionário na exploração de carreira fica obrigado ao cumprimento de todas as prescrições estabelecidas pelo Decreto Presidencial n.º 154/10, de 26 de Julho, que aprova o Regulamento de Transportes Rodoviários Regulares de Passageiros.

Luanda, aos 19 de Dezembro de 2014.

A Directora Nacional, *Noélia C. S. Assuilo Costa*.